



**Ata da Sessão Plenária Ordinária nº 17 do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Santa Catarina, realizada em quinze de março do ano de dois mil e treze, na Sala de Comissões nº01 da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, em Florianópolis – SC.**

1 Às catorze horas e vinte e dois minutos do dia quinze de março de dois mil e treze, na Sala de  
2 Comissões nº01 da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina – ALESC, reuniu-se  
3 o Plenário do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Santa Catarina – CAU/SC em Sessão  
4 Ordinária número dezessete. Presentes os senhores Conselheiros Estaduais Arquitetos e  
5 Urbanistas **GIOVANI BONETTI, ADEMIR LUIZ BOGONI, MARCOS ALEXANDRE JOBIM,**  
6 **ANDRÉ LUIZ SERAFIM, SÔNIA SUZETE ROESE, JORGE RAINESKI e CEZAR**  
7 **FRANCISCO CIARINI,** o Suplente de Conselheiro Estadual Arquiteto e Urbanista  
8 **LEONARDO HENRIQUE DANTAS,** o Suplente de Conselheiro Federal **NELSON SARAIVA,**  
9 os empregados do CAU/SC, Diretor Geral **JOÃO EDMUNDO BOHN NETO,** a Gerente  
10 Técnica **BARBARA PROCHASKA LEMOS,** a Gerente Financeira **FERNANDA MARIA**  
11 **PIRES,** o Advogado **GUSTAVO SOUZA SANTOS** e as Assistentes Administrativas **CLÁUDIA**  
12 **DE SOUZA ROSA** e **TATIANA MOREIRA FERES DE MELO,** a Assessora de Imprensa  
13 **ANDRESSA,** a Assessora Contábil **ROSELI MILITZ,** e o convidado **MARCIO**  
14 **BITTENCOURT.** Ressalta-se que a ausência da conselheira **FARIDA MIRANY DE MIRA** foi  
15 devidamente justificada. Após a verificação e constatação da existência de quórum, o  
16 presidente do CAU/SC, Arquiteto e Urbanista **RONALDO DE LIMA,** agradeceu a presença de  
17 todos Conselheiros e declarou iniciada a reunião. Lembrou os presentes de silenciar os  
18 celulares e de se identificar antes de qualquer contribuição. Em seguida apresentou a pauta  
19 da reunião, que foi aprovada por unanimidade. O Presidente colocou em discussão a ata da  
20 plenária número dezesseis que, sem ressalvas, foi aprovada por unanimidade. O Presidente  
21 relatou que na ata de agosto, o orçamento do ano de dois mil e doze, no valor de quatro  
22 milhões, duzentos e cinquenta e quatro mil, cento e oitenta e seis reais e vinte centavos e, a  
23 ata de dezembro, referente ao orçamento do ano de dois mil e treze com valor total de seis  
24 milhões, trinta e três mil, cento e vinte e dois reais e dez centavos, foram aprovadas, porém  
25 houve a omissão destes valores nas atas. As revisões das atas foram apresentadas,  
26 inserindo as informações. Sem nenhum questionamento, o presidente colocou a correção da  
27 ata da plenária de agosto de dois mil e doze, e em seguida a ata da plenária de dezembro de  
28 dois mil e doze em votação, que foram aprovadas por unanimidade. Na leitura do extrato das  
29 correspondências emitidas e recebidas, o Presidente lembrou que a relação de  
30 correspondências havia sido enviada e que qualquer questionamento deveria ser  
31 encaminhado para a Tatiana. No Relato do Presidente, foram destacadas as audiências com  
32 os Prefeitos Municipais das Cidades de Joinville, Jaraguá do Sul e Biguaçu, onde houve a  
33 apresentação dos Termos de Cooperação Técnica e foram novamente oficializadas as  
34 mudanças ocorridas a partir da criação do Conselho. Citou a reunião com o Presidente da  
35 Associação Regional dos Engenheiros e Arquitetos (AREA), Paulo Sergio Arias, que buscou  
36 aproximação entre o Conselho e a Associação. O Conselheiro André questionou a divulgação  
37 de informações difusas na região, a respeito de um convênio CAU/SC e AREA, onde seria  
38 feito o repasse de valores das RRTs. O Presidente explicou que na reunião buscou-se  
39 prospectar alguma forma de patrocínio por parte da AREA, mas foi descartada qualquer  
40 possibilidade. Destacou a apresentação institucional do CAU/SC na Assembleia da ASCOP.  
41 Citou que na reunião com o Secretário do Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano, Dalmo  
42 Vieira, foi apresentado o Termo de Cooperação Técnica, com a intenção de firmar convênio



43 com Florianópolis, que seria o segundo assinado no país. O Conselheiro Giovani solicitou um  
44 relato referente às comissões implantadas (transparência nos processos, otimização dos  
45 projetos aprovados) e um posicionamento quanto alvarás, questões demandadas para a  
46 reunião. O Presidente esclareceu que os grupos de trabalho haviam sido criados, mas não  
47 instituídos, e que o Secretário se comprometeu a fazer encaminhamento para a realização  
48 dessas reuniões. Quanto aos alvarás, foi dito que no máximo em duas semanas os trabalhos  
49 seriam concluídos, nos noventa dias estipulados, sem a necessidade de prorrogação da  
50 suspensão dos alvarás e, informou que os pedidos de novos alvarás estão sendo  
51 encaminhados normalmente. O Conselheiro Nelson Saraiva questionou qual a natureza dos  
52 Termos de Cooperação Técnica. O Presidente esclareceu que é um compartilhar de  
53 informações do CAU e das prefeituras, via geoprocessamento, que mapeia os RRTs e seus  
54 tipos, e os alvarás. Cruzando essas informações é possível localizar onde as obras estão  
55 devidamente documentadas, facilitando a fiscalização. No relato dos diretores, a Diretora  
56 Administrativa, Sônia, informou que a licitação de material de expediente está em processo de  
57 finalização das especificações e início das cotações; na licitação de locação de serviços de  
58 limpeza e motorista, o termo de referência deve ser aprovado para a elaboração dos  
59 orçamentos; na licitação de empresa para fornecimento de *coffee break* o termo de referência  
60 e o edital estão em fase de elaboração; na licitação para a reforma da nova sede, o termo de  
61 referência está elaborado, aguardando cadastramento das empresas, para elaboração do  
62 edital convite; e na licitação de material impresso, o CAU/BR aprovou as correções e está  
63 sendo realizado o levantamento dos materiais necessários. Referente aos contratos, a  
64 Diretora informou que o do PCCS está em fase de pesquisa salarial e descrição dos cargos;  
65 os contratos de aquisição de passagens aéreas e de serviços de contabilidade estão  
66 vigorando até trinta e um de dezembro de dois mil e treze; e no contrato com o Movimento  
67 Catarinense para Excelência (MCE), o relatório foi entregue e algumas sugestões estão  
68 sendo implantadas. O Presidente lembrou que a diretoria deve validar esse relatório para  
69 posteriormente ser encaminhado a todos os conselheiros. Citou também a participação as  
70 funcionárias Talitha e Cláudia no Curso de Formação e Habilitação de Pregoeiros, nos dias  
71 cinco e seis de fevereiro. No relato do Diretor Financeiro, Ademir Bogoni, foi apresentado o  
72 Relatório Gerencial Financeiro de fevereiro de dois mil e treze, não aprovado pela Comissão  
73 de Contas e Atos Administrativos, por falta de quórum na reunião. A receita total apresentada  
74 é de quinhentos e cinquenta e um mil reais, que somada ao valor da receita do mês de  
75 janeiro, correspondem a trinta e seis por cento do valor orçado. As despesas desses dois  
76 meses somaram cento e dezenove mil reais. O Diretor citou a auditoria externa que ocorreu  
77 no CAU/SC, nos dias seis e sete de março, onde os auditores demonstraram satisfação com  
78 o trabalho realizado neste conselho, considerando-o positivo, e que de um modo geral, os  
79 processos estão adequados. O Diretor solicitou para que a Assessora Contábil, Roseli,  
80 apresentasse o demonstrativo das receitas e despesas de dois mil e doze. Foi citado o total  
81 da receita arrecadada, no valor de quatro milhões, quinhentos e setenta mil, novecentos e  
82 noventa e seis reais e vinte e quatro centavos, valor superior ao valor orçado; da despesa  
83 realizada, no valor de um milhão trezentos e cinquenta e sete mil, quinhentos e quarenta e um  
84 reais e cinquenta centavos; e o do superávit financeiro do exercício, no valor de três milhões,  
85 duzentos e treze mil, quatrocentos e cinquenta e quatro mil e setenta e quatro centavos. Foi  
86 explicado que a diferença entre os valores orçados e os valores arrecadados e realizados  
87 existe, pois o orçamento é apenas uma projeção de um estudo realizado pelo CAU/BR. A  
88 Gerente Financeira Fernanda destacou que o valor da receita estimada foi trazido pelo  
89 CAU/BR e que não foi apresentada a base de cálculos utilizada. Na apresentação do Balanço  
90 Patrimonial, a Roseli enfatizou que no passivo, o superávit do exercício, no valor de três  
91 milhões, quinhentos e oitenta e dois mil, duzentos e trinta e sete reais e quarenta e sete  
92 centavos, é o valor que poderá ser utilizado nos anos subsequentes. O Conselheiro Giovani



93 questionou o destino desse valor. A Roseli explicou que a orientação é que se imobilize o  
94 superávit, através da compra de equipamentos, mobiliário, imóvel, reformas de caráter  
95 permanente. O Conselheiro Ademir Bogoni salientou que o Balanço do ano de dois mil e doze  
96 deve ser aprovado nesta plenária, mesmo não tendo sido aprovado na reunião da Comissão  
97 de Conta e Atos Administrativos. O Presidente incluiu a aprovação do Balanço Patrimonial no  
98 item seis da pauta da reunião. O Conselheiro Ciarini questionou se existe um prazo para a  
99 utilização do valor do superávit do exercício. A Roseli explicou que não há prazo, apenas  
100 deve ser utilizado dentro das diretrizes do próprio Conselho, a única limitação é financeira. O  
101 Conselheiro André questionou a necessidade de haver uma reunião da Comissão de Contas  
102 e Atos Administrativos para discutir o Balanço Patrimonial de dois mil e doze, uma vez que  
103 este será aprovado pela plenária. O Conselheiro Jorge sugeriu que a comissão fizesse a  
104 aprovação antes da plenária, para que não abra precedentes. O Conselheiro Bogoni lembrou  
105 a exigência do CAU/BR da ata da reunião da comissão. A Gerente Fernanda explicou que o  
106 CAU/BR exige uma deliberação de aprovação do balanço da comissão e uma do plenário. O  
107 Conselheiro Leonardo solicitou esclarecimento referente aos planos de ação do ano de dois  
108 mil e treze, como coordenador da comissão de patrimônio, e questionou se o valor que restou  
109 de dois mil e doze está incluso para satisfazer essas previsões. A Gerente Fernanda explicou  
110 que ao elaborar o orçamento de dois mil e treze foi feita uma previsão de superávit do  
111 exercício, e que no plano de ação da comissão, tem um valor destinado para imobilizado e,  
112 na gerência administrativa, existem três planos de ação para o imobilizado: reforma da sede  
113 provisória, mobiliário e aquisição de equipamentos informática e TI. O Presidente lembrou que  
114 existem outros planos de ação que usam desse recurso do patrimônio, como a aquisição dos  
115 veículos. O Conselheiro Giovanni lembrou a importância da apresentação de uma previsão  
116 para a execução dos planos de ação sobre o exercício do ano de dois mil e treze. A Gerente  
117 Fernanda explicou que a ideia é iniciar a execução dos planos de ação na semana seguinte,  
118 com a contratação do novo gerente geral. Antes do relato das comissões, o Presidente  
119 lembrou que nos dias dezoito e dezenove de março, o atendimento será apenas pelos  
120 números dos celulares divulgados no informativo, devido à mudança para a nova sede  
121 provisória. Lembrou também que os horários sugeridos para a realização das reuniões das  
122 comissões tem a finalidade de permitir que todos os conselheiros participem de todas as  
123 reuniões das comissões que são membros, e salientou que a convocação para essas  
124 reuniões devem ser feitas pelos respectivos coordenadores, com sete dias de antecedência,  
125 conforme o Regimento Interno. O Conselheiro Giovanni sugeriu que essa sugestão de horários  
126 se torne fixa, para que não haja sobreposições. Na comissão de Contas e Atos  
127 Administrativos, o Conselheiro André, informou que por falta de quórum não houve reunião,  
128 mas lembrou de que deve ser feito um documento para a homologação do balanço de dois  
129 mil e doze. O Conselheiro Giovanni, como membro da comissão, se apresentou favorável a  
130 aprovação do balanço. O conselheiro André se comprometeu a redigir o documento  
131 ratificando a aprovação do balanço financeiro, e reforçou a importância de um retorno  
132 referente à presença ou ausência nas reuniões pois, sem resposta dos Conselheiros Décio e  
133 Maykon, não houve quórum para a reunião. Na Comissão de Ética, a Coordenadora Adjunta  
134 Sônia iniciou seu relato informando que a Conselheira Fátima não estará presente nas  
135 próximas reuniões plenárias. Citou um debate do CAU/BR sobre a finalização do código de  
136 ética que ocorrerá em Belém, e informou que foi decidido que a coordenadora e a  
137 coordenadora adjunta da comissão, representarão o CAU/SC no evento. Informou que foi  
138 solicitado ao advogado do CAU/SC um estudo referente à legislação para a elaboração do  
139 Regimento Interno, para orientação de qual deve ser a base para sua elaboração, a  
140 Resolução trinta e quatro do CAU, ou outro Regimento Interno. Sobre análise de processos  
141 foi solicitado ao advogado do CAU/SC para que os processos fossem separados de forma  
142 que fosse possível relacionar os processos que necessitam encaminhamentos. Na Comissão



143 de Ensino e Exercício Profissional, o Conselheiro Jorge relatou dois pontos principais do  
144 plano de ação que foram abordados na reunião: o projeto para prêmio do melhor aluno, que  
145 não iniciou. A previsão é para o próximo semestre e informou que nas formaturas que tem  
146 ocorrido, o CAU/SC tem presenteado o melhor aluno com um livro. Citou o CAU/SP e o  
147 CAU/RS, que por conta própria estão viabilizando seus congressos estaduais. Trouxe para  
148 discussão em nível de proposta para a plenária, para que com parceria com IAB/SC, fosse  
149 realizado o congresso estadual em Santa Catarina: congressos regionais, com a inclusão dos  
150 profissionais da região, que traria contribuições para um congresso estadual, provavelmente  
151 em novembro. O Conselheiro Nelson Saraiva disse que em sua opinião o CAU/SC deve  
152 premiar os alunos com os trabalhos de conclusão de curso com nota máxima, de alguma  
153 forma que haja ressonância na mídia. O Conselheiro Jobim defendeu a ideia de presentear o  
154 melhor aluno com algo útil, como um bom livro, por exemplo, não um brasão do CAU.  
155 Reforçou que a divulgação na mídia engloba questões de ensino, discutidas anteriormente  
156 como a avaliação dos cursos. Sugeriu a apresentação de uma proposta mais concreta  
157 referente ao congresso estadual. O Conselheiro Jorge explicou que sua preocupação é a  
158 premência, não se trata de uma garantia da ocorrência do evento, mas sim a proposta da  
159 realização do evento em si, a apreciação do mérito. O Conselheiro Giovani lembrou que nos  
160 planos de ação, as comissões tem autonomia nas esferas de gastos. O Presidente lembrou  
161 que foi solicitado que as comissões encaminhassem o detalhamento de seus planos de ação.  
162 O Conselheiro Ciarini sugeriu organizar e apresentar o projeto do congresso com  
163 cronograma, para ser registrado apenas, não aprovado pela plenária. No relato sobre a  
164 Fiscalização, a Gerente Técnica Bárbara apresentou o manual de fiscalização que tem o  
165 objetivo de garantir que a fiscalização do CAU tenha natureza educativa e preventiva, para  
166 que a prestação de serviços técnicos tenham qualidade e que sejam realizados por  
167 profissionais habilitados. A gerente citou a estrutura do manual e orientou que os arquitetos  
168 trouxessem para o CAU/SC as irregularidades, para que o Conselho entre em contato com as  
169 prefeituras para orientações e regularizações. O Conselheiro Giovani reforçou a importância  
170 da assessoria de imprensa na divulgação da orientação de como proceder com as denúncias.  
171 A Gerente relatou que as maiores dificuldades da fiscalização até o momento é o  
172 desconhecimento da população da existência do Conselho, as obras de engenheiros que  
173 resistem em apresentar documentação, as funcionalidades do módulo fiscalização do  
174 SICCAU corporativo não estão completas e as pessoas recebem a fiscalização não sabem  
175 informar os dados dos campos obrigatórios, exigidos pelo CAU/BR. O Conselheiro André  
176 disse que quando era membro de um conselho de fiscalização no CREA/SC, era solicitada  
177 uma nota fiscal que contém as informações do proprietário, ou que os vizinhos eram  
178 questionados. O Conselheiro Jobim sugeriu que no convênio com as prefeituras fossem  
179 solicitadas as inscrições imobiliárias, para identificar as informações necessárias. A Gerente  
180 Técnica, explicou que na primeira visita da fiscalização é entregue um comunicado de visita  
181 para que entrem em contato com o CAU/SC, após dez dias, se não regularizada, é feita a  
182 notificação da obra, para começar a instrumentalizar um processo de auto de infração e se  
183 não regularizado, é encaminhado para a Comissão de Ensino e Exercício Profissional. O  
184 Conselheiro Giovani salientou que a principal função da fiscalização é prevenir, não punir, é  
185 um órgão que quer contribuir com a sociedade, mas disse que não podemos ser omissos  
186 quando houver irregularidades. O Conselheiro Jorge solicitou a presença da fiscal Franciani  
187 nas reuniões da Comissão de Ensino e Exercício Profissional. O Conselheiro André lembrou  
188 que uma identificação federal, um brasão para a fiscal é intimidador e talvez facilitasse na  
189 coleta de informações na fiscalização. A Gerente Técnica informou que atualmente a fiscal se  
190 apresenta com um crachá do CAU/SC. No relato da Comissão Especial de Políticas Urbanas,  
191 o coordenador Nelson Saraiva citou o evento 'Quitandinha +50', sete seminários com temas  
192 diversos. O primeiro evento foi no Rio de Janeiro, e nos moldes deste seminário, o



193 conselheiro disse que devemos saber lidar com o IAB como realizador de eventos. Citou um  
194 texto que faz um relato da questão urbana de Santa Catarina e disse que cada CAU/UF  
195 deveria desenvolver trabalhos a respeito de cada realidade. O Conselheiro apresentou seu  
196 interesse em receber um seminário como este no estado, e informou que o presidente do  
197 IAB/RJ sugeriu sua contribuição como participação no evento da Bahia. Foi sugerido que os  
198 membros da comissão se organizassem para que tivessem representantes em todos os  
199 seminários, divulgando o material posteriormente. O Conselheiro Jorge pediu a palavra para  
200 lembrar que esteve presente na reunião preparatória da Conferência das Cidades que vai  
201 acontecer em Santa Catarina, informou que até primeiro de junho devem ser realizadas as  
202 duzentas e noventa e duas conferências das cidades, apresentou sua preocupação com  
203 relação aos representantes do CAU/SC, e sugeriu ao IAB sugerir esses nomes. O  
204 Conselheiro Giovani salientou que o CAU/SC deve ocupar essas cadeiras e sugeriu que o  
205 IAB estadual apresentasse indicações de nomes para representantes, que fossem  
206 homologadas em plenária. O Conselheiro Jobim sugeriu que com todos os nomes elencados,  
207 posteriormente seja feita uma reunião para o alinhamento das informações obtidas nas  
208 conferências. O Presidente solicitou que fosse feita uma proposta para a plenária, através da  
209 Comissão de Políticas Urbanas. O Conselheiro Nelson Saraiva se comprometeu a entrar em  
210 contato com a Conselheira Fárida, representante do CAU/SC no CONCIDADES, para  
211 trazerem uma proposta. No relato da Comissão Especial de Patrimônio, o Conselheiro  
212 Leonardo disse que o cronograma de instalação da sede provisória foi aprovado, que no dia  
213 dois de setembro todos os ajustes devem estar concluídos e que a mudança será neste  
214 domingo, dia dezessete de março. Disse que o prazo para o concurso da sede definitiva é de  
215 em torno de noventa dias, e que o valor no plano de ação para eventuais ações do patrimônio  
216 está em aberto, mas é em torno de um milhão e setecentos mil reais. O Conselheiro Giovani  
217 informou que há uma previsão para a aquisição do terreno da sede definitiva, para o último  
218 semestre do ano de dois mil e doze. No relato da Comissão Especial de Comunicação, o  
219 Conselheiro Giovani informou que o foi nomeado coordenador o Conselheiro Jobim e o  
220 Conselheiro Giovani como coordenador adjunto. O Conselheiro Ciarini citou que na reunião  
221 foi aprovada a necessidade da contratação de um assessor especial de comunicação, disse  
222 que foram elencados dois pilares estruturais de foco na comunicação: a valorização da  
223 profissão e do profissional, e a importância da conquista de um conselho uni profissional.  
224 Informou que a assessoria de imprensa recebe a agenda semanal do conselho e seleciona os  
225 principais pontos para divulgação no informativo mensal e no site do CAU/SC, e que este  
226 deve ser reestruturado para melhor agilidade e interatividade. A assessora de comunicação  
227 salientou que serão feitos dois *newsletter*, um com informações gerais e outro com  
228 informações técnicas voltadas para os profissionais. O Presidente colocou em votação os  
229 nomes do Conselheiro Jobim como coordenador e do Conselheiro Giovani como coordenador  
230 adjunto, e a coordenação da Comissão Especial de Comunicação foi aprovada por  
231 unanimidade. Em seguida, o Presidente coloca em votação a aprovação do Balanço do ano  
232 de dois mil e doze, apresentado anteriormente, que é aprovado por unanimidade. O  
233 Presidente alertou que deveria ser realizada a homologação da contratação do nome da  
234 Talitha Bonfati como Gerente Administrativa, que colocada em votação é aprovada por  
235 unanimidade. O Presidente explicou que a exemplo do CAU/BR, o CAU/SC está se  
236 reestruturando, criou-se um novo cargo de Assessor Especial, e no a nomenclatura do cargo  
237 Diretor Geral foi alterada para Gerente Geral, mantendo as funções, com a característica de  
238 gestão. Disse que com a criação do cargo, a ideia é que o atual diretor geral João Edmundo  
239 ocupe o cargo de Assessor Especial, e em seu lugar, um novo funcionário assumiria a  
240 Gerencia Geral. Marcio Bittencourt, indicado para o cargo, se apresentou, fez um breve relato  
241 de suas experiências profissionais e manifestou sua disposição e comprometimento com o  
242 Conselho. O Conselheiro André questionou se a criação de um novo cargo não deveria



243 passar pela comissão. O Advogado Gustavo esclareceu que com a aprovação do  
244 organograma na plenária anterior, o cargo de Assessor especial está criado. O Conselheiro  
245 Jorge questionou se o Regimento Interno contempla a existência dos dois cargos. O  
246 Conselheiro Giovani respondeu que não e o Conselheiro André informou que ao questionar a  
247 criação do organograma anteriormente, foi dito que este deveria ser anterior à criação do  
248 regimento interno, para que nele estivessem contemplados todos os cargos. A Conselheira  
249 Sônia enfatizou que por mais que o regimento interno esteja sendo modificado, o anterior está  
250 vigente. O Conselheiro Ciarini reforçou que há uma necessidade estrutural e que os  
251 conselheiros deveriam apoiar qualquer movimento que seja para a melhoria do sistema o  
252 Conselho. O Conselheiro Jobim sugeriu que, para a melhoria do Conselho, a aprovação  
253 deveria ser feita, com a ressalva de que o cargo será incluído no novo Regimento Interno.  
254 Quando questionado pelo Conselheiro Giovani, o advogado Gustavo explicou que o que rege  
255 é o regimento que está em vigor. O Conselheiro Giovani apoia a ideia dos Conselheiros  
256 Ciarini e Jobim e lembrou que a plenária é soberana. O Conselheiro André se adiantou e se  
257 posicionando contrário à criação do cargo. O Presidente colocou em votação a criação do  
258 cargo de Assessor Especial, com a ressalva de que constará o novo cargo na revisão do  
259 Regimento Interno. Com a abstenção do Conselheiro André e da Conselheira Sônia, um voto  
260 contrário do Conselheiro Jorge e cinco votos favoráveis, a criação da Assessoria Especial é  
261 aprovada. O Conselheiro Ciarini questionou se o Assessor Especial é também responsável  
262 pelo papel de Assessor Especial de comunicação e o presidente confirmou. Em votação o  
263 nome do João Edmundo Bohn Neto para ocupar o cargo de Assessor Especial, com quatro  
264 votos favoráveis, as abstenções dos Conselheiros André, Giovani e Sônia e o voto contrário  
265 do Conselheiro Jorge, o João Edmundo Bohn Neto é aprovado como o novo Assessor  
266 Especial do CAU/SC. Em seguida o Presidente coloca em votação a nomeação do Marcio  
267 Bittencourt como Diretor Geral, posteriormente Gerente Geral e, com a abstenção do  
268 Conselheiro André e da Conselheira Sônia, um voto contrário do Conselheiro Jorge e cinco  
269 votos favoráveis, Marcio Bittencourt assume o cargo de Diretor Geral do CAU/SC. No item  
270 seguinte da votação, a Conselheira Sônia apresentou o evento que o IAB/SC está realizando  
271 e solicitou o apoio do CAU/SC. O Presidente alertou que nos Planos de Ação não há previsão  
272 para patrocínio, que foi solicitado quarenta mil reais, que o CAU/BR contribuiu com vinte mil e  
273 que a sugestão é dispor dez mil reais da verba do gabinete da presidência para este evento,  
274 no plano de ação da comunicação. O Conselheiro Jobim questionou qual a importância do  
275 CAU/SC neste evento. O Conselheiro Leonardo alertou para que nos casos que não estão no  
276 plano de ação, nenhuma entidade seja favorecida. O Conselheiro Giovani sugeriu que a  
277 votação da assinatura deste convênio fosse realizada na próxima plenária, com o orçamento  
278 aprovado, mas a Conselheira Sônia lembrou que até a próxima Plenária o evento já terá  
279 passado por quatro cidades. O Presidente encaminha para votação a proposta de dispor dez  
280 mil reais em forma de patrocínio para o evento do IAB/SC e proposta foi aprovada por  
281 unanimidade. O Conselheiro Jobim se manifestou dizendo o preciosismo deve valer para  
282 todos os âmbitos do Conselho. O Conselheiro Giovani se posicionou solicitando ao  
283 presidente, que antes de fazer qualquer uso de verba que não é de sua rubrica, ele consulte a  
284 comissão. O Presidente informou que está trabalhando continuamente desde o início do  
285 Conselho e que estará de licença, inclusive como conselheiro, a partir do dia seis de maio,  
286 por um mês. No Relato dos Conselheiros, o Conselheiro Ciarini citou a vantagem da  
287 aproximação com o IAB, que é uma entidade que possui a melhor estrutura, e que oferece  
288 mais condições de colaborar com o CAU/SC. O Conselheiro André levantou a questão da  
289 vinculação que está sendo feita entre a contribuição sindical e o CAU/SC, o que está pesando  
290 negativamente para o Conselho, e solicitou alteração da forma que foi colocado no site. O  
291 Presidente informou que ontem foi enviado um informativo corrigindo as informações e  
292 remetendo a responsabilidade à FNA. O Conselheiro Giovani pediu a palavra e comunicou



293 sua renúncia à vice-presidência, por motivos pessoais e institucionais, deixando em aberto o  
294 cargo. Nada mais havendo a tratar, o presidente Ronaldo de Lima desejou um bom retorno a  
295 todos e declarou encerrada a Décima Sétima Reunião Plenária. Para constar, eu, Tatiana  
296 Moreira Feres de Melo, Assistente Administrativo do CAU/SC, nomeada Secretária *Ad hoc*,  
297 lavrei a presente Ata que será rubricada em todas as suas páginas e, ao final, assinada por  
298 mim e pelo Presidente Ronaldo de Lima para que reproduza os efeitos legais.

299

---

Ronaldo de Lima  
Presidente

---

Tatiana M. F. de Melo  
Assistente Administrativo